

## Reforço na equipe indica rumos da reforma tributária no governo

**O**s currículos dos especialistas que reforçarão a equipe econômica para preparar uma proposta de reforma tributária sinalizam os rumos que o projeto do governo pode tomar. A primeira missão do grupo será resolver o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de “enigma”: desonerar a folha de pagamentos sem uma nova CPMF. O governo também já definiu entre as diretrizes a unificação de impostos e o fim de deduções no Imposto de Renda.

A advogada Vanessa Canado, diretora do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que chegou a ser cotada para a Receita Federal, já se posicionou contra uma nova CPMF, defende o fim de benefícios fiscais e ajudou a desenhar o plano de unificação de cinco impostos em um tributo sobre consumo que baseia o projeto que tramita na Câmara.

O economista Aloísio Araújo, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também já se posicionou contra um novo

imposto sobre pagamentos e defende ir além da simplificação para alcançar redução de carga tributária. Já o novo secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, deve contribuir com uma visão política: ele já foi secretário de Fazenda do Pará e chegou a liderar o Consefaz, conselho nacional que reúne secretários estaduais de finanças. Defende uma reformulação no ICMS.

Araújo tem defendido que a desoneração da folha de pagamentos seja compensada com

uma tributação maior sobre rendimentos. Próximo a Guedes, o economista já vinha participando de reuniões de trabalho sobre reforma tributária há meses. Agora, segundo uma fonte, deve integrar formalmente a equipe econômica, como assessor especial.

### REDUÇÃO DE CARGA

Como acadêmico, Araújo defende já há alguns anos que a reforma tributária não fique apenas na simplificação— como sugerem as propostas em

análise hoje. Sua tese é a de que o ajuste fiscal abriria espaço para redução de arrecadação.

Escalado por Guedes para se concentrar na gestão da Receita, José Tostes também deve colaborar com o grupo voltado para a reforma. Assim como Araújo, ele vê espaço para uma tributação maior sobre rendimentos. Ele dirigiu as finanças do Pará entre 2011 e 2015, no governo de Simão Jatene (PSDB). Numa declaração ao Sindifisco, sindicato dos auditores fiscais, quando partici-

pou de uma eleição interna para ser indicado à secretária da Receita, ele classificou o ICMS como um tributo “praticamente inadministrável”, que estimula a guerra fiscal entre estados.

Vanessa tem trabalhado nos últimos meses na proposta de reforma tributária do CCiF, coordenado pelo economista Bernard Appy. O trabalho foi usado como base para o projeto que tramita na Câmara e prevê a unificação de cinco tributos em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), incluindo o ICMS estadual e o ISS municipal. Isso pode facilitar a negociação com o Congresso.